

A expansão da educação superior pública no Brasil na vigência do PNE (2014-2024): desafios não superados da meta 12 e perspectivas para o próximo decênio¹

Renata Ramos da Silva Carvalho
Universidade Estadual de Goiás – PPGE-UEG/Inhumas
renata.ramos@ueg.br

Este trabalho discute elementos do processo de expansão da educação superior pública no Brasil no período de 2014 a 2022 tendo como parâmetro o conteúdo da meta 12 do PNE (2014-2024), especialmente, quanto a expansão das matrículas públicas em cursos de graduação. Tem por objetivo analisar e compreender como ocorreu essa evolução por regiões e estados da federação, considerando o proposto por essa meta para a ampliação das matrículas públicas. Busca por meio das análises empreendidas, colocar em questão as tensões e contradições que envolvem esse processo.

Além das análises realizadas sobre as características da evolução dessas matrículas, a pesquisa realizada faz uma discussão sobre o direito ao acesso à educação superior no Brasil, bem como sobre a atribuição dos entes federados para com sua oferta pública. Essa discussão sobre o regime de responsabilidade federativa com a oferta de educação superior pública é de fundamental importância para a análise das contradições e desafios do que está determinado pela meta 12 para as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

A meta 12 do PNE (2014-2024) determina que o país deverá atingir 50% de taxa bruta e 33% de taxa líquida até 2024, e também estipulou que 40% dessa nova expansão deverá ocorrer em IES públicas. Além do conteúdo principal que estabelece esses três indicadores a serem atingidos até o final da vigência do Plano, essa meta também é composta por um conjunto de 21 estratégias que delineiam ações que deveriam nortear o cumprimento da meta. Dentre elas, destaca-se que um terço delas, isto é, sete estratégias dizem respeito, especificamente, a ações que envolvem a IES públicas. Essas sete estratégias contemplam, dentre outros aspectos: I) a promoção de atos que tenham como propósito a otimização da capacidade de estrutura física e humana com vistas a ampliação e interiorização do acesso à educação superior; II) ampliação de vagas mediante expansão interiorizada da rede federal de educação superior e profissional, e do sistema da Universidade Aberta do Brasil; III) elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação nas universidades públicas e elevação da oferta de vagas em cursos noturnos e ampliação da relação estudantes por professor; IV) fomento da oferta de educação superior para docentes da educação básica; V) ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil

¹ O presente trabalho consiste de pesquisa realizada e publicada no Dossiê: A Educação brasileira em (re)construção: tensões, impasses e perspectivas, da Revista Cocar.

direcionadas a estudantes de IES públicas; VI) estímulo para ocupação de vagas ociosas em IES públicas; VII) estímulo à ampliação de vagas das IES públicas estaduais e municipais mediante parceria com a União.

Observa-se que a norma legal que aprovou o PNE (2014-2024) se ocupou em resguardar uma expansão específica de matrículas públicas para a educação superior no Brasil, bem como definiu estratégias que contribuiriam com essa elevação mediante o estabelecimento de ações que poderiam ser indutoras de importantes políticas públicas para esse setor com vistas ao seu fortalecimento e ampliação da sua capacidade de oferta. Nesse sentido, é possível afirmar que a observação ao conteúdo proposto pela meta 12 como subsídio para a promoção de políticas públicas para esse nível educacional no período de sua vigência, seria capaz de proporcionar um importante incremento de novas matrículas públicas no país com qualidade socialmente referenciada e oportunizaria um maior acesso da sociedade a esse nível educacional.

A expansão do acesso à educação superior no Brasil é um dos desafios educacionais que possui como característica uma histórica trajetória de exclusão da população a esse nível educacional, especialmente, pelo tardio movimento de criação de IES no país, bem como por sua característica elitista, uma vez que seu acesso esteve restrito a uma parcela reduzida da sociedade. Aliado a esses fatores, outro elemento que também compromete o processo de expansão e democratização do acesso a esse nível educacional está relacionado à característica de sua oferta que é predominantemente realizada pela rede privada em detrimento de sua oferta pública. Outros estudos já se ocuparam em demarcar essa característica mercantil na oferta de educação superior no Brasil (Chaves, 2010; Sguissardi, 2014).

Nessa direção, este estudo contempla uma discussão sobre o direito ao acesso à educação superior pública no Brasil e a responsabilidade dos entes federados para com essa oferta pública e também apresenta dados e informações estatísticas que foram levantados, sistematizados e analisados por este estudo a fim de desvelar características e contradições do processo de expansão da educação superior no Brasil nos primeiros oito anos de vigência do PNE (2014-2024), de modo particular, da expansão de matrículas promovida pela rede pública. Por fim, nas considerações finais é apresentado ponderações sobre os desafios de expansão desse nível educacional que ainda se fazem presentes e precisam estar pautados no próximo PNE. Os dados e discussões serão apresentados na exposição oral do trabalho.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição Extra

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação: 7 anos de descumprimento**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/versao-estendida-balanco-do-pne-2021/>

[CARVALHO, Renata Ramos da Silva](#); OLIVEIRA, João Ferreira de. Expansão e qualidade da educação superior: um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 02, p. 227-247, jul. 2022

[CARVALHO, Renata Ramos da Silva](#); ANDERI, E. G. C. Cooperação Federativa e metas para a educação superior nos planos estaduais de educação: desafios de articulação com o PNE (2014-2024). **REVELLI - Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG-Inhumas.**, v. 12, p. 1-20, 2020.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. C. **O PNE e as universidades estaduais: características institucionais, expansão e financiamento**. 2018. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CEZNE, Andrea Nárriman. O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental. UFSM, Centro de Educação, **Revista Educação**, v. 31 - n. 1, p. 115-132, 2006

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n.º 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, 0224639, 2019

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024): avaliação e perspectivas**. Campinas: Mercado das Letras, 2017.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CARVALHO, R. R. S. As metas do Plano Nacional de educação - PNE (2014-2024) para a educação superior brasileira: As tensões e os desafios da expansão com qualidade. In: Monica Aparecida da Rocha; Armando Alcântara Santuário. (Org.). **Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento: desafios e dimensões contemporâneas no Brasil e no México**. 1aed.Palmas: Eduft, 2019, v. 1, p. 79-98.

OLIVEIRA, João Ferreira de; OLIVEIRA, Valdirene Alves de; CARVALHO, Renata Ramos da Silva. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a construção do Sistema Nacional de Educação no contexto do regime de colaboração. In: FRANÇA, Magna; BARBOSA JÚNIOR, Walter Pinheiro (Orgs.). **Políticas e práxis educativas**. Natal: Editora Caule de Papiro, 2017. p. 50-70.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. A educação superior no Plano Nacional de Educação (2014-2024): expansão e qualidade em perspectiva. In: **SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR**, 24., Maringá-PR, Maringá-PR, 2016.

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases** (Lei n.º 9.394/96). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão (e acesso à) da educação superior no Brasil - 2002-2012**. Piracicaba, 2014. (Mimeo).